

Educação especial: uma reflexão possível sobre a realidade histórica e a educação inclusiva.

(Educación Especial: Una reflexión posible de la realidad histórica y la educación inclusiva.)

Evanice Gonçalves Coelho

Licenciada em Geografia. Escola Estadual Cândido Portinari

Giovana Barbosa Oliveira

Licenciada em Pedagogia. Escola Municipal Vinícius de Moraes

Paulo Roberto Coelho

Licenciado em Pedagogia. Escola Municipal Vinícius de Moraes

Páginas 120-129

Fecha recepción: 21-04- 2016

Fecha aceptación: 30-06-2016

Resumo.

Este artigo científico tem por objetivo analisar a educação inclusiva por meio da história das pessoas com necessidades especiais para tanto construiremos um panorama do contexto histórico com a finalidade de saber como se chegou à educação inclusiva nas escolas regulares de ensino, dialogando em busca de descobrir quais os desafios os educadores e as instituições de ensino enfrentam com a implantação destas novas leis e metas. A metodologia ser utilizada consta de leituras bibliográficas que abordam o tema necessidades especiais e inclusão. Após dialogar por meio do contexto histórico ressalta-se como se deu o desenvolvimento e a evolução da educação inclusiva em busca da valorização das pessoas com necessidades especiais e como se conseguiu construir a cidadania destes por meio da inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Serão dialogados ainda os direitos que defende, mas, pessoas com necessidades especiais e como os professores lidam com a situação, em função de perceber quais as mudanças alcançadas e quais ainda, para se alcançar.

Palavras-chave: Educação inclusiva; direitos; contexto histórico

Resumen.

Este artículo científico es analizar la educación inclusiva a través de la historia de las personas con necesidades especiales tanto para construir una visión general del contexto histórico con el fin de saber cómo venir a la educación inclusiva en los centros ordinarios de educación, el diálogo tratando de averiguar qué los desafíos educadores e instituciones educativas enfrentan a la aplicación de estas nuevas leyes y objetivos. La metodología utilizada consiste en lecturas bibliográficas que tratan las necesidades especiales y la inclusión. Después de un diálogo a través del contexto histórico es de destacar cómo fue el desarrollo y evolución de la educación inclusiva en la búsqueda de la valoración de las personas con necesidades especiales y cómo se las arreglaron para construir ciudadanía de estos a través de la inclusión de los estudiantes con necesidades especiales en las escuelas ordinarias. También dialogados derechos que defienden, pero las personas con necesidades especiales y cómo los maestros frente a la situación, debido a entender lo que los cambios logrados y lo que aún lograr.

Palabras clave: Educación inclusiva; derechos; contexto histórico

1.-INTRODUÇÃO.

A educação inclusiva é um tema que vem sendo muito questionado pelos educadores em todo Brasil, pois, o tema chama a atenção no sentido de nos sentirmos responsáveis em fazer algo, para que possamos contribuir para uma inclusão de alunos com necessidades especiais, com mais qualidade na educação proporcionada. Para desenvolvermos este trabalho recorreremos a estudos de obras que falam sobre o assunto desde o surgimento deste assunto na história e que é o foco da pesquisa até os dias atuais, como forma de montar um pano de fundo que visa às evoluções alcançadas ao longo da história, mas, de uma forma bem resumida, pois o que realmente queremos discutir é a realidade da educação inclusiva hoje, e com isso verificar se as escolas públicas de ensino realmente estão preparadas.

Durante toda a história as pessoas com necessidades especiais procuraram ser vistas como seres humanos e cidadãos, mas, o que contribuiu grandemente para esta aceitação foi a declaração dos direitos humanos e as constituições já na área da educação foram às leis da LDB. A partir do momento que pensamos em discutir a educação inclusiva, tínhamos em mente, construir uma nova visão sobre o tema em função de buscar melhorias na área educacional para as pessoas com necessidades especiais, seja em escolas públicas regulares ou privadas.

Percebemos que para que a educação inclusiva aconteça como previsto precisa-se de mudanças e de ajuda de toda a sociedade, na qual a escola possa ser vista como um ambiente de construção do conhecimento e não de segregação, mas, para que isso ocorra de fato existem discussões de como poderemos chegar a estes objetivos que é a educação para a diversidade.

2.-O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Para podermos argumentar sobre a educação que é oferecida às pessoas com necessidades especiais no Brasil, primeiro temos que observar como houve esta evolução educacional durante a história, pois, nem sempre as pessoas com necessidades especiais foram tratadas com certo teor de igualdade, assim, como hoje são. Houve uma busca incessante por parte de pessoas da sociedade e do governo por meio das leis para que se buscasse a igualdade, e um dos meios encontrados à educação inclusiva, que, ainda, hoje nos faz questionar se ela condiz com a realidade que realmente almejamos ter. Deste modo dividimos este trabalho em duas etapas a primeira dialoga como contexto histórico das pessoas com necessidades especiais e a segunda traz as informações mais atuais sobre a inclusão. O contexto histórico sócio-educacional sobre as pessoas com deficiência.

Durante toda a história da humanidade houve casos de pessoas com deficiência, mas o tratamento com estas pessoas foi mudando conforme evoluímos.

A autora Maria Aparecida Gugel, em seu trabalho sobre "A história das pessoas com necessidades especiais", afirma que não se tem notícia de casos que coincidem com

personas con necesidades especiales en la Era Primitiva, siguiendo el curso de la historia la autora concluyó por medio de su estudio que, la supervivencia de una persona con deficiencia en los grupos primitivos de humano será imposible porque el ambiente era muy desfavorable y porque esas personas representaban un fardo para el grupo. Sólo el más fuerte sobreviviría, era incluso muy común que ciertas tribus eliminaban a las niñas con deficiencia (GUGEL. M, A.2007, p.2).

Otro hecho de la historia contada aún por la misma autora es que en Egipto Antiguo los niños y personas con deficiencias debían ser respetados y eran empleados en casas de altos funcionarios, indicaciones estas hechas por los papiros de la Múmia de Talchos, de la época de Saíta (1.150a336 a.C.) Jána Grécia, "Antigua, la autora hace afirmaciones de que, "Platón, en el libro "la República", y Aristóteles, en el libro "la Política", trataron el planeamiento de las ciudades griegas indicando a las personas nacidas "disformes" para la eliminación a la cual se refiere el estudio es por abandono o aún eran llevados a un lugar en medio de una cadena de montañas en Grécia jãen Esparta, los espartanos eran preparados para el ejército entonces los más débiles eran eliminados. Segundo Aristóteles las niñas deficientes eran tadas como disformes, o sea, de forma diferente de las tadas como normales.

Gugel afirma que en Roma las leyes no favorecían a las niñas nacidas deficientes, pues la ley autorizaba a los padres a matar a los hijos deficientes por ahogamiento. Al leer el evangelio segundo Jesús Cristo, percibimos en varias pasajes, que Jesús cura al ciego y hace andar al paralítico (Jó 9,1-41). La autora relata aún que en la edad media cuando nacía una persona deficiente se atribuía a deficiencia a castigos de Dios, esto en Roma. Segundo Gugel, fue como el Rey Luis IX, que fundó el primer Hospital para ciegos, pues, hasta esta fecha muchas personas eran castigadas por sus errores como el desmoronamiento de sus ojos y la decapitación de las manos. En la edad moderna después de la revolución francesa Gugel (2007) argumenta que, Gerolamo Cardomo (1501 a 1576), médico y matemático inventó un código para enseñar a las personas sordas a leer y escribir, influenciando al monje beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584) a desarrollar un método de educación para la persona con deficiencia auditiva, por medio de señales (GUGEL. M, A.2007 p.10).

Podemos acreditar que realmente el primer paso dado en cuanto a la educación de las personas deficientes ha sido este, pues, hasta entonces lo que vimos en la historia fue primeramente el abandono, después, la exclusión, en seguida la aceptación y por fin la educación.

Después de este primer paso tuvimos varios otros estudios los que buscaron de alguna forma contribuir, no sólo para la aceptación de la persona deficiente en la sociedad, sino también con la preocupación de hacer que esta persona realmente sea sociable entre los dichos normales, por medio del estudio del código y en seguida de las señales para los sordos, como el estudioso, John Bulwer (1600 a 1650), en Inglaterra donde defendió un método para enseñar a los sordos la lectura labial, además de haber escrito sobre la lengua de las señales.

Gugel (2007) afirma a inda que, em 1620 na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1633), escreveu sobre as causas das deficiências auditivas e dos problemas da comunicação, condenando os métodos brutais e de gritos para ensinar alunos surdos. No livro "*Reduccion de las letras para enseñar a hablar los mudos*", Pablo Bonet demonstra pela primeira vez o alfabeto na língua de sinais (GUGEL. M, A, 2007, p.11).

Hoje ainda acreditamos que os métodos brutais, não são necessários para se ensinar a linguagem a pessoas com necessidades especiais, pois, pode traumatizar ainda mais a pessoa em vez de contribuir para que sua educação flua em função do desenvolvimento intelectual.

Durante toda história, evolui-se muito em função de incluir a pessoa com deficiência na sociedade, e com isso construiu-se várias adaptações como cadeiras de roda, para os deficientes e para a melhor adequação de pessoas cegas e surdas construiu-se o código de sinais e o Braille.

O sistema Braille surgiu em 1819, com Charles Barbier (1764 -1841), um capitão do exército francês, que atendeu a um pedido de Napoleão e desenvolveu um código para ser usado em mensagens transmitidas à noite durante as batalhas.

Segundo Gugel este código foi rejeitado pelos militares por ser muito difícil, então seu criador apresentou o trabalho ao Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris, e dentre os alunos um rapaz de quatorze anos chamado de Louise Braille se interessou pelo sistema e mais tarde o aperfeiçoou, e por isso ele leva o nome do rapaz. Com esses avanços notou-se que as pessoas deficientes não só precisavam de abrigo e hospitais mais de uma atenção, bem como, uma educação especializada.

No Brasil a primeira notícia que se tem sobre as pessoas com deficiência surgiu, segundo Gugel (2007), como Imperador Dom Pedro II (1840-1889), que criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos atualmente Instituto Benjamin Constant, por meio do Decreto Imperial nº. 1.428, de 12 de Setembro de 1854. Três anos depois, em 26 de setembro de 1857, o Imperador, apoiando as iniciativas do Professor francês Hernet Huet, funda o Imperial Instituto de Surdos Mudos atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que passou a atender pessoas surdas de todo o país, a maioria abandonada pelas famílias.

E, deste modo, as pessoas com necessidades especiais passaram a ser vistas realmente como pessoas com necessidades diferenciadas, e não mais como simples objeto, então a busca tornou-se cada vez mais constante, pois, se faz necessário, ainda desenvolver estudos, que busque educar as pessoas com necessidades especiais e não simplesmente reconhecer que estas existem, mas, que possam usufruir do direito de todo cidadão (ã).

A autora argumenta dizendo que entre 1902 e 1912 começaram a surgir, ainda, na Europa instituições voltadas para preparar as pessoas com deficiência para que ela

pudesse vivenciar em meio à sociedade, pois, os locais onde elas estavam eram precárias e, deste modo, elas precisavam estar integradas ao convívio social.

Embora que o assunto sempre envolvido em reabilitações de soldados mutilados no pós-guerra, muitos desses avanços começa a sair do papel e muitos passam a buscar a reabilitação pessoas deficientes a sociedade, por meio, de aparatos ou estudos avançados de casos específico, como cegos e surdos, os quais podem e devem conviver com a sociedade normalmente.

Segundo Maria Aparecida Gugel 2007, em 1948, a comunidade internacional se reúne na nova sede da ONU, em Nova York, jurando solenemente nunca mais produzir as atrocidades como aquelas cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Os dirigentes mundiais decidem então reforçar a Carta das Nações Unidas, declarando em um só documento todos os direitos de cada pessoa, em todo lugar e tempo. Nasce a Declaração Universal dos Direitos Humanos (p. 27).

A formulação deste documento foi um grande marco na história da humanidade já que este declara os direitos à igualdade, a todo ser humano, deixando-o livre de quais quer que seja a discriminação. Observa-se o que diz o documento no artigo 01, no seu inciso 25, este requer uma leitura mais minuciosa, pois se refere às pessoas tidas como deficientes ou especiais.

Artigo, 1º: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo, 25, 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais.

Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social (Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948 p. 03-11-12). Somente a partir dessa lei é que se pode dizer que a pessoa com necessidades especiais passou a ter a chance de fazer parte dos mesmos direitos que os demais cidadãos diante da sociedade. Uma visão possível sobre a educação para alunos com deficiência no Brasil.

E com essa nova oportunidade começou-se então a surgir à reconstrução de uma sociedade com uma visão mais voltada as pessoas com necessidades especiais. Deste momento em diante só evoluímos em função de se construir uma educação que seja condizente com as especificidades de cada tipo de deficiência e até os dias atuais buscaram-se aperfeiçoar as técnicas de ensino e aprendizado dos alunos com

necessidades especiais.

Segundo Mazzotta (2005) até o século XIX as iniciativas para o atendimento de pessoas deficientes era o isolamento, mas, se pode negar que houve uma preocupação com esses alunos deficientes mesmo nessa época. A busca pelas melhorias na educação especial foram muitas e não podemos deixar de destacar também no Brasil o instituto Benjamim Constant, que para Silva (2010 p.27) em 1890 formulou novos regulamentos visando uma preocupação maior para com o ensino literário e com as disciplinas científicas, além da formação para o trabalho, deste modo quintuplicou-se o número de vagas.

Sendo assim, e com o passar dos anos aumentava também o número de instituições que atendiam as pessoas com necessidades especiais, em função disso também aumentava o número de anos que a pessoa passaria estudando para que pudesse estar preparada socialmente para a vida.

Durante todo decorrer da história da educação especial no Brasil segundo Silva (2010) pode-se destacar duas linhas pedagógicas: (A médica pedagógica e a psicopedagógica), as duas ainda, influenciam muito a formação dos alunos especiais, pois, estas trabalham juntas na formação desses alunos.

No entanto, o período de institucionalização desses alunos especiais pode-se dizer que ocorreu e ainda é em alguns casos a retirada deste ou aquele indivíduo com deficiência da família para ser colocado em um período em instituições de ensino especializado. Mazzotta (2005, p. 37), esse atendimento ocorreu a partir de 1930 e geralmente eram instituições particulares, podemos destacar a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo como a entidade primeira no atendimento as pessoas com deficiência física.

De acordo com Mazzotta (2005, p. 47) surge então a primeira APAE no Rio de Janeiro no ano de 1954 com participação ativa de Helena Antipoff, e pelas mãos do presidente Médici, em seguida vieram muitas outras, e nos dias de hoje já temos mais de 1.500 municípios com atendimento nas APAES pessoas com necessidades especiais graves.

Mas, para se chegar a este ponto em 1934 na construção da constituição Brasileira havia-se intitulado um artigo que defendia a educação para todos como direito. Observou-se, então que no Art. 149, da educação dizia é um direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos o cumprimento destes proporcionando aos brasileiros e aos estrangeiros domiciliados no país, possibilidades iguais, com eficientes fatores para a vida moral e econômica, desenvolvendo-se baseado no espírito da consciência da solidariedade (BRASIL, 1934, s/p).

Desta forma, podemos notar que os governantes tinham uma certa preocupação com as pessoas deficientes, com a igualdade de direitos uma vez que estava garantida perante a lei, deste modo, mais tarde criou-se uma segunda lei na área da educação que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que veio de forma mais

explicita tocar no assunto da educação das pessoas com deficiência em dois de seus artigos; como no 88 e no 89 da educação de excepcionais.

Art. 88. A educação dos excepcionais no que for possível deve-se enquadrar no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e sendo relativa à educação dos excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, LDB, Lei 4.024/1961, p.15).

Com o passar dos anos as leis brasileiras passaram por readequações que não deixaram de valorizar a educação de pessoas com necessidades especiais, mas o atendimento ficou centrado nas escolas especializadas nas APAES, de modo que o governo passou a incentivar estas com verbas e profissionais qualificados para o atendimento a diversidade de necessidades especiais.

Surge então no Brasil e no mundo a mais nova ideia governamentista de que os alunos com necessidades especiais devem seguir o curso regular normal de ensino das redes publicas de ensino, segundo a Declaração Mundial Sobre a Educação para todos em seu art. 3º, que diz: As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências passam a requer atenção especial. Faz-se necessário ações que garantam a igualdade de acesso à educação aos Portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como integrante do sistema educativo público e gratuito (UNESCO, 1990, P.04).

3.-DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Pode-se observar que todas as leis requerem ações e estratégias para que sejam efetivadas para uma educação de qualidade aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas, para isto a ultima lei citada quer ir além, a reflexão é que o aluno com deficiência receba educação em classes normais, mas que esta seja desenvolvida nas instituições de ensino público em classes regulares, o objetivo é incluir, para que este aluno permaneça na instituição até sua formação final de educação básica ou superior.

Observou-se também, um paradoxo entre o que diz as leis e o que se efetiva na prática pedagógica referente ao aluno especial que não consegue alcançar o nível da educação desejada pelo governo, deste modo, passa-se a pensar em quem recairá a culpa se o aluno com necessidades especiais não alcançar o ensino proposto, ou se este aluno simplesmente será passado de série em série, sem retenção, pois, não se pode reprovar, como conceituá-lo de forma que este tente atingir a meta proposta?

A preocupação maior agora não esta em colocar o aluno com deficiências na escola, mas, sim garantir a estes uma educação especializada, pois, até então na formação dos professores da rede pública de ensino, foram preparados para a diversidade, mas não preparados para trabalhar com alunos com necessidades especiais, pois, no currículo dos docentes não constava até pouco tempo a disciplina de libras ou braille,

lembrando que não são somente estas as necessidades especiais atendidas na rede pública de ensino embora a constituição Brasileira de 1988, reafirma os direitos a educação pública gratuita e de qualidade a todos os alunos com necessidades especiais.

Art. 208. O dever do Estado para a educação será efetiva mediante a garantia do: Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; sendo progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, 2003, p. 49).

Ao olharmos a fundo veremos que é responsabilidade não só do professor que atua na instituição de ensino, mas também do governo, de proporcionar subsídios necessários para que a educação de qualidade realmente aconteça, pois, amparado por lei já esta.

Verificamos também que as (Leis de Diretrizes e bases da educação nacional 9394/96) também amparam o ingresso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na rede pública regular de ensino, mais, também discute que o currículo deve ser adequado ao ensino proporcionado ao aluno com necessidades especiais, essa discussão é vista em seu artigo 58º e 59º.

Enfim, o que propõe neste estudo uma educação que realmente não seja voltada a esse ou aquele aluno com necessidade especial ou dito normal, e sim uma educação toda especializada, principalmente se falando de linguagem, pois, se olharmos mais uma vez ao que diz a lei o currículo desenvolvido pelos professores de área como a língua portuguesa e a matemática terão o desafio de montar dois currículos, pois, um irá atender os alunos com necessidades especiais e outro para atender os alunos das classes regulares.

Outro ponto para reflexão, à instituição de ensino esta preparada para receber o aluno com necessidades especiais, lembrando que são várias as necessidades e não só atender o (DA) ou (DV), aos professores estão preparados o suficiente para receber estes alunos, e em meio aos materiais didáticos há material especializado para este atendimento, há o acompanhamento de outros profissionais e, ou uma equipe multidisciplinar ex: Psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, psiquiatras e outros médicos para dar um suporte técnico.

A educação para todos ainda é uma utopia, pois, é de fundamental importância que estes alunos consigam alcançar uma vida digna enquanto cidadão de direito, mas, não podemos esquecer que a educação proporcionada a eles deve ser permeada de profissionais especializados alicerçados nas competências para saber o que fazer? E como fazer? E, como estar diante daquele aluno incluído na sala de aula no ensino regular? Se o professor não se sentir preparado será deixado de lado, dessa forma se reproduz a dupla exclusão, com uma maquiagem disfarçada que a envolve.

4.-CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A realidade do estudo mostrou a relevância, pois, pode-se concluir que as pessoas com necessidades especiais, passaram séculos e séculos em busca de reconhecimento (direito) enquanto cidadãos, pois, houve épocas na história, na qual a pessoa com necessidades especiais era abandonada a própria sorte, ou até mesmo morta como bicho, em seguida veio à aceitação, e agora se pode falar em inclusão desde que se tenha em mente, incluir é ser igual com igualdade de condições e não somente para ensinar o novo às pessoas com necessidades especiais.

Entretanto, a aceitação ocorreu aos poucos, e hoje com a inclusão desses alunos com necessidades especiais no ensino da rede pública pode-se dizer que a meta agora esta na educação que tem por objetivo o ser social com equidade. Mas a questão maior está. Será que esta inclusão é tão eficiente assim, pois, a partir da hora que se coloca a responsabilidade toda sobre a instituição de ensino ou sobre os professores de, retira-se a responsabilidade do governo em cumprir a sua parte no que realmente interessa.

A realidade a qual trabalham os professores é muito precária, pois, o material didático para se desenvolver atividades com os alunos com necessidades especiais e zero, deste modo, o professor em sala de aula tem que desenvolver duas atividades impares, pois, terão em sala duas ou mais classificações do desenvolvimento da linguagem, no entanto, uma mais avançada do que a outra. E alguns casos um agravante maior quando um professor, coordenador ou diretor recorre aos poderes públicos para pedir ajuda de especialistas que possam acompanhar os alunos especiais, a ajuda é simplesmente negada pela falta dos mesmos, restando novamente à responsabilidade aos profissionais da educação que se obrigam a desempenhar várias funções mesmo sem estar aperfeiçoado para atender a demanda.

Deste modo, pergunta-se como ficarão estes alunos? Esperando o professor se graduar na área necessária para o atendimento, e se tivermos mais de um aluno com necessidades variadas de atendimento. Em momento algum se está tirando a responsabilidade de desenvolver as habilidades com este aluno, só que o governo deveria investir mais no profissional para a capacitação necessária, para o atendimento ao público, os alunos da educação inclusiva especial, ficando ainda mais difícil se o professor tiver que tirar do bolso a verba necessária para a capacitação, sem contar o tempo que leva.

Entretanto, podemos concluir que a educação especial inclusiva, ainda está sob a responsabilidade do professor de desenvolver a linguagem possível para com esses alunos, mas o governo não pode tirar o corpo fora, deixando de incentivar os vários profissionais da área da educação para que se qualifiquem para esse atendimento. Os recursos humanos, materiais adequados e adaptados, ainda, quanto o da adequação física da instituição de ensino, cabe ao poder público ao governo fazer.

Contudo, são necessárias muitas mudanças que vão desde um currículo diversificado até posturas pessoais dos outros alunos, da sociedade e dos profissionais com quem trabalham, bem como, apoio do governo federal. Dessa forma, é possível a inclusão sim, desde que não recaia a responsabilidade sobre apenas algumas pessoas ou setor. Sabe-se que as dificuldades são muitas, mais a educação inclusiva requer muitas mudanças para se efetivar para a diversidade da demanda.

5.-REFERÊNCIAS.

- Brasil. (2003). *Constituição da Republica Federativa do Brasil*: 1988, 21 ed. Brasília.
- Brasil. (1934). http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf. Declaração Universal dos Direitos Humanos UNIC / Rio / 005-Dezembro 2000 UNIC. (2015) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao1934, Constituição Brasileira de.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (2013). [https://www.planalto.gov.br. ccivil/leis.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil/leis.htm), LDBEN, lei 9.394/96.
- Brasil. (1996). <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. (2013). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. (1948). UNESCO. www.direitoshumanos.usp.br Acervo, Declaração dos direitos de educação para todos.
- Gugel, M.A.G. (2007). *Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho*. Florianópolis: Obra Jurídica.
- Mazzotta, M. J. S. (2005). *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*, 5.a ed., São Paulo: Editora Cortez.
- Silva, O.M. (1986). *A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*. São Paulo: CEDAS.
- Silva, A.M. (2010). *Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos*. Curitiba: Ibepec.